

“ESTA FOI UMA DAS PISTAS MAIS SURPREENDENTES E MAIS DIFÍCEIS QUE RECEBEMOS.”
(De um integrante da Subcomissão de Emendas da CPI do Orçamento)

“Anões” compraram cargos

SUBCOMISSÃO DE EMENDAS DESCOBRE NEGOCIAÇÃO POR POSTOS INFLUENTES. MAGALHÃES DESCARTA PENAS MAIS LEVES QUE A CASSAÇÃO.

Os parlamentares que dominaram nos últimos cinco anos a Comissão de Orçamento podem ter pago para serem indicados relatores dos ministérios e órgãos privilegiados com maior volume de recursos na Lei Orçamentária. A suspeita foi investigada pela Subcomissão de Emendas e deverá ser mencionada no relatório final, previsto para ser divulgado sexta-feira. “Esta foi uma das pistas mais surpreendentes e mais difíceis que recebemos”, revelou um integrante da subcomissão.

A apuração da denúncia, não concluída pela CPI, terá continuidade no Ministério Público Federal, para onde serão enviados todos os documentos levantados.

Depois de quase três meses de investigação, foi identificado o que será chamado no relatório final de “núcleo de poder” do Orçamento: um grupo não superior a 15 parlamentares que vem controlando a definição da lei orçamentária no Congresso desde 1985.

No diagnóstico feito pela Subcomissão de Emendas, este grupo disputava “em proveito próprio ou de terceiros, já determinados, expressivas dotações” reservadas para áreas como o DNER, Inamps, FNDE, Incra, Codevasf, DNOCS, Sudene e Suframa.

A listagem preliminar da Subcomissão de Emendas é a seguinte: 1) 1985 a 1988: deputados Cid Carvalho, Genebaldo Correia, Felipe Mendes, João Alves e os senadores Saldanha Derzi, Lourenberg Rocha e Edison Lobão, atual governador do Maranhão. 2) 1988 a 1991: deputados Cid Carvalho, Genebaldo Correia, Eraldo Tinoco, Felipe Mendes, João Alves, José Carlos Vasconcellos, José Geraldo, Lúcia Vânia, Osvaldo Coelho, Paes Landim,

Ubiratã Aguiar e os senadores Lourenberg Rocha, Ronaldo Aragão, Ruy Bacelar e Mansueto de Lavor; 3) de 1991 a 1993: Eraldo Tinoco, Felipe Mendes, Genebaldo Correia, José Geraldo, José Luiz Maia, Messias Goês, Paes Landim, Sérgio Guerra, Ubiratan Aguiar e os senadores Ruy Bacelar, Mansueto de Lavor e Lourenberg Rocha.

O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), decidiu que a pena a ser aplicada aos envolvidos em irregularidades será a cassação do mandato. Se o investigado for inocente, receberá no relatório final a inscrição “nada consta” e se for suspeito, mas existirem poucas

provas contra ele, será esclarecido que não houve indícios maiores, o que não impedirá a continuidade das investigações pelas Mesas Diretores do Senado e da Câmara.

Magalhães comunicou a decisão em reunião da cúpula da CPI, realizada ontem à tarde, em meio a todo tipo de pressões e de reuniões. O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que corre o risco de ser cassado, teve longa reunião no

gabinete do senador Alexandre Costa (PFL-MA) com os senadores José Sarney (PMDB-AP), Jonas Pinheiro (PTB-AP), Gilberto Miranda (PMDB-AM) e Pedro Teixeira (PP-DF) e com os deputados José Lourenço (PPR-PE) e Roberto Rollemberg (PMDB-SP). Este último é o relator do caso dos parlamentares pernambucanos, pois Magalhães colocou-se sob suspeição em relação a eles. Com a decisão de não mais apontar para as Mesas da Câmara e do Senado a suspensão de mandatos de suspeitos, a situação de Fiúza complicou-se. Agora, se quiser puni-lo, Rollemberg terá de sugerir sua cassação.



Magalhães: pedido de cassação ou “nada consta”.

Arquivo/AE

O leilão dos cargos a peso de ouro foi investigado pela Subcomissão de Emendas e deverá ser mencionado no relatório final